

Por que o INVESTE BRASIL não deu certo?

Fortaleza, 22 de agosto de 2005

Teiji Sakurai

Diretor-presidente, JETRO São Paulo

A INVESTE BRASIL - Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, criado em 2002 pelo esforço conjunto dos Ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, das Relações Exteriores e do Planejamento, encerrou suas atividades no início de 2005. Neste artigo, gostaria de analisar porque a INVESTE BRASIL não alcançou os seus propósitos, sob a ótica de um especialista estrangeiro com longa experiência na promoção do comércio exterior e investimentos. Desde já, quero deixar claro de que aqui irei expor a minha opinião pessoal com base nas práticas e experiências como especialista em comércio exterior e investimentos, apesar de não possuir informações suficientemente detalhadas sobre os acontecimentos que culminaram no encerramento das atividades da INVESTE BRASIL.

Em janeiro de 2004, quando estive visitando a sede da INVESTE BRASIL no Rio de Janeiro para uma entrevista com o Sr. Presidente Rudolf Höln sobre as funções e atividades da organização, tive a forte impressão de que esse empreendimento não atingiria os seus propósitos devido aos cinco motivos abaixo:

Primeiro motivo: o seu status em ser um órgão meio público, meio privado.

Embora a expressão “meio público, meio privado” soe bem aos ouvidos, quando se trata de órgão de atração de investimentos, esse modelo não funciona. Por outro

lado, acredito que com a Parceria Público-Privado (“PPP”), incentivada atualmente pelo governo brasileiro, o mesmo teria funcionado, porque possibilita tanto às empresas brasileiras quanto às estrangeiras gerar lucros diretamente através da participação em projetos. Porém, que vantagens teria o setor privado em dividir os gastos de um órgão de atração de investimentos que seja meio público, meio privado?

No passado, a presença do capital estrangeiro não era necessariamente bem vinda. É difícil compreender, então, a idéia de receber contribuições dessas empresas multinacionais. As confederações de diversos segmentos econômicos no Brasil talvez tenham dificuldades em rejeitar as solicitações do governo em aportes financeiros pelo fato de receberem diversos tipos de subsídios do governo federal. As câmaras internacionais também fazem contribuições, porém, se considerar que as empresas estrangeiras já instaladas no País seriam os maiores clientes de um órgão de atração de investimentos, cobrar delas ao invés de ouvir suas opiniões e ser-lhes útil, é muito estranho. As câmaras estrangeiras sediadas em São Paulo criaram o GIE (Grupo de Investidores Estrangeiros) que contribuíam a INVESTE BRASIL, inclusive a Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. Porém, as vantagens correspondentes a essas contribuições eram praticamente inexistentes.

Considerando que muitas empresas multinacionais padecem com o chamado “custo Brasil”, a criação de um órgão de atração de investimentos talvez tenha nutrido a expectativa de solução desse problema, mesmo que fosse em parte. Ou ainda, podem ter desejado estabelecer um canal de comunicação junto ao governo.

Dentre os órgãos de atração de investimentos existentes ao redor do mundo, não há exemplos de entidades de economia mista. O CENDES, na Costa Rica, é considerado órgão privado e, embora seus recursos gerenciais sejam obtidos do setor

privado, seus recursos financeiros provêm basicamente do próprio país e dos Estados Unidos. A razão pela qual os órgãos de atração de investimentos no mundo dependerem do orçamento do próprio país, reside no fato de a atração de capitais estrangeiros desempenhar papel de grande relevância, pois está diretamente vinculado ao crescimento do país, ao desenvolvimento regional, à geração de empregos, à transferência de tecnologia, ao fomento das exportações, entre outros. O fomento às exportações deveria ser implementado principalmente com recursos governamentais, mas comparado à atração de investimentos, é muito mais fácil introduzir os recursos privados.

Segundo motivo: insuficiência tanto no orçamento quanto em recursos humanos. A INVESTE BRASIL contava com orçamento anual de 2 milhões de dólares americanos e um total de 25 funcionários, números que evidenciam claramente a impossibilidade em implementar atividades de forma plena. A INVESTE BRASIL dizia possuir uma estreita rede de contatos com acesso a todos os governos estaduais e confederações de diversos segmentos econômicos, além de poder utilizar a rede mundial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Apesar de que, teoricamente seja possível ativar essa rede, na prática isso é muito difícil.

Suponho que as verbas teriam sido insuficientes mesmo que desejasse enviar missões para atração de investimentos no exterior ou realizar viagens interestaduais. Imagino que as pessoas envolvidas no órgão tenham trabalhado arduamente sob essas circunstâncias adversas.

Terceiro motivo: supostamente, a esperada rede nacional e internacional da INVESTE BRASIL praticamente não funcionaram.

A idéia da criação da INVESTE BRASIL foi concebida em novembro de 2000 por

iniciativa dos Ministérios de Planejamento, de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e das Relações Exteriores, sendo que suas atividades foram iniciadas em março de 2002. Em qualquer país, quando um único órgão público é responsável pela gestão organizacional é possível obter resultados, mas no caso de gerenciamento conjunto por diversos órgãos é difícil de se conciliar orçamentos e tempos de forma eficaz.

O segundo aspecto desse terceiro motivo consiste na problemática da gestão organizacional. Como órgão decisório da organização, estabeleceu-se o Conselho de Administração formado por 10 representantes do setor público e 10 principais setores empresariais nacionais: financeiro, indústria, transporte, agrícola, comércio, infra-estrutura e outros, além das câmaras internacionais, totalizando 20 entidades com 31 representantes. O Conselho de Administração teria um Comitê Consultivo formado por 13 especialistas de governos estaduais, bancos, empresas de consultoria, manufaturas e outros setores, com quem se reuniria cerca de três vezes ao ano. Além desses órgãos públicos e grupos econômicos citados acima, a rede nacional teria a colaboração de aproximadamente 120 pessoas oriundas dos 27 estados (geralmente Secretário de Desenvolvimento do Estado) e de várias organizações externas. Para processar esses contatos, a INVESTE BRASIL dispunha de um departamento de comunicação interorganizacional.

Ainda no contexto do terceiro motivo, o terceiro aspecto refere-se à rede no exterior. Como a INVESTE BRASIL não dispunha de rede própria, quando surgisse algum projeto no exterior iria recorrer às representações diplomáticas do Ministério das Relações Exteriores.

Com as explicações até o momento, creio que um especialista em atração de

investimentos compreenderia claramente que a organização não iria funcionar.

Quarto motivo: localização da sede da INVESTE BRASIL no Rio de Janeiro. Do ponto de vista dos potenciais investidores estrangeiros, a sede deveria se localizar em Brasília ou São Paulo.

Brasília, sede do governo federal, está naturalmente relacionada a assuntos de definição política. Por outro lado, além do PIB de São Paulo corresponder a um terço do PIB nacional, há ainda o aeroporto internacional de Guarulhos – aeroporto-chave do Brasil – por onde passam todos aqueles que ingressam no País. Também pesa o fato de concentrar-se em São Paulo todas as câmaras de indústria e comércio estrangeiras, os órgãos de promoção ao comércio exterior e investimentos e os setores comerciais dos consulados de diversos países. Portanto, apesar da qualidade de vida oferecida pela cidade do Rio de Janeiro aos que trabalham na INVESTE BRASIL, não seria propriamente o local mais adequado pela perspectiva dos clientes.

Quinto motivo: talvez tenha faltado uma postura mais ativa na organização para prospectar propostas de atração de investimentos de atração de investimentos. Segundo a INVESTE BRASIL, 70% a 80% do total das propostas prospectadas correspondiam aos casos levados para a Rede. O método empregado pelos órgãos de atração de investimentos que primam pela excelência é: primeiramente, definem-se os setores econômicos que se deseja atrair, depois se faz uma aproximação aos potenciais investidores e efetiva-se o convite para investimentos. Esses órgãos procuram ativamente estabelecer contatos com essas empresas em potencial, oferecendo-lhes o máximo em serviços de apoio. No caso do Brasil, supõe-se que a falta de verbas e de recursos humanos não tenha permitido o fornecimento de serviços satisfatórios aos potenciais investidores e, mesmo que quisessem, devem ter tido

diversas limitações.

Em abril de 2004, escrevi um relatório intitulado “Como Atrair Capital estrangeiro para o Brasil”, onde mencionei que o governo brasileiro até então não havia desenvolvido uma política séria e sistemática de atração de capitais estrangeiros, a médio e longo prazo. A dissolução da INVESTE BRASIL se reveste de importantes ensinamentos para se refletir sobre a política de atração de capital estrangeiro no Brasil de agora em diante. Por isso, o governo brasileiro deve lançar uma política clara e séria de atração de capital estrangeiro. Soube que há planos para que a APEX assuma as funções após a desativação da INVESTE BRASIL, porém, espera-se o estabelecimento de um “órgão de atração de investimentos” que esteja à altura do Brasil, como primeiro passo para o fortalecimento da política de atração de capital estrangeiro do governo brasileiro.

■